

Análise financeira nas operadoras de planos de saúde

Financial analysis in operators of health plans

Renata Paes de Barros Câmara, Marcelo Rosado Maia Sobrinho e Lenilda Sousa de Lima

Resumo

A real necessidade de informação aos indivíduos interessados em saber a situação financeira de determinada entidade leva a análise das demonstrações financeiras a exercer um papel crucial junto às empresas, constituindo a tradução dos demonstrativos contábeis, avaliando a situação da entidade em seus aspectos econômicos, financeiros, operacionais e patrimoniais. Corroborando isso, o SEBRAE (2004) declara que as principais causas das dificuldades e razões para o fechamento de empresas foram: a falta de capital de giro e de mão-de-obra e os problemas financeiros, dentre outros. O atual cenário da situação econômico financeira das empresas atuante no segmento de Operadoras de Planos de Assistência à Saúde encontra-se crítico, podendo estas entidades, a qualquer momento, sofrer intervenção da Agência Nacional de Saúde Suplementar – (ANS), que exerce o papel de reguladora da Saúde Suplementar, tendo plenos poderes para determinar a liquidação das operadoras quando necessário. Sendo assim, o papel do administrador financeiro junto a essas entidades é de suma importância, porque, através das traduções oriundas das demonstrações contábeis, é possível traçar as diretrizes, garantindo o desenvolvimento sustentável, a maximização dos fluxos financeiros e a liquidez da empresa, fatores condicionantes ao sucesso da cooperativa.

Palavras-chave: Demonstrações financeiras. Cooperativa médica. Índices.

Abstract

The real necessity of information to individuals interested in knowing the financial situation of a definitive entity takes the analysis of the financial demonstrations to exert a crucial role next to the companies, being constituted the translation of the counting demonstratives, evaluating the situation of the entity in its economic, financial, operational and patrimonial aspects. Corroborating to this, SEBRAE (2004) declares that the main causes of difficulties and reasons for the liquidation of the companies had been, the financial lack of capital of and workmanship and other problems. The current scene of the economic-financier of the companies operating in the segment of Operators of Assistance Health critical, being able these, at any time, to suffer interventions from the National Agency of Supplemental Health - ANS, that exerts the plenary power regulating paper of the Supplemental Health having to determine the liquidation of the operators when necessary. This way, the role of the financial administrator next to these entities is of utmost importance, because, through the deriving translations of the countable demonstrations it is possible to trace the lines of direction, holding the sustainable development, the maximization of the financial flows and the liquidity of the company, restrictions factors to the success of the cooperative institution.

Keywords: Financial demonstrations. Medical cooperative. Index.

Introdução

Diante do interesse na saúde financeira das empresas, da parte de investidores, acionistas, Bancos, fornecedores, funcionários, administradores, dentre outros, os analistas de balanços focam as demonstrações financeiras, traduzindo-as, concluindo se a firma está sendo bem administrada, se tem condições de pagar suas dívidas, se merecem crédito, se é lucrativa, se continuará suas atividades dentro de um quadro de estabilidade.

¹ Universidade Federal da Paraíba rparros@openline.com.br

² UNIMED - João Pessoa

³ lslima78@hotmail.com

A análise financeira constitui-se num processo de meditação sobre os demonstrativos contábeis, objetivando uma avaliação da situação da empresa, em seus aspectos operacionais, econômicos, patrimoniais e financeiros. (PADOVEZE, 2004a)

A perfeição da Análise das Demonstrações Financeiras é diretamente proporcional à extensão e qualidade das informações que esta consegue gerar.

De nada adianta a empresa se apresentar economicamente viável. É preciso, também, que a estrutura econômico financeira esteja moldada nos estágios presente e futuro, ou seja, se a empresa se apresenta muito rentável, mas tem dificuldade de cumprir com os prazos de pagamento junto aos fornecedores, em função da baixa liquidez, de pouco valor será sua rentabilidade para o mercado.

[...] os gestores são responsáveis pela eficácia da empresa. Como o próprio nome esclarece, os gestores são responsáveis pela gestão, administração ou processo de tomada de decisão. A gestão corresponde analiticamente ao processo de planejar, executar e controlar. (GUERREIRO, 1992a, p. 14)

Por conseguinte, a gestão, em nível interno da empresa, almeja, a otimização dos processos e, recursos, levando em consideração fatores internos e externos que impacto sobre ela.

Sendo assim, surge a necessidade da definição do modelo de administração, objetivando a que todos os envolvidos em seu ambiente atuem na mesma linha de pensamento, havendo a interação todos que compõem este ambiente, a fim de agregar valor à empresa.

Com a evolução da Administração Financeira, o administrador passa a ter uma maior necessidade de visualizar toda a empresa, enfatizando suas estratégias de competitividade, continuidade e crescimento futuro. Em verdade, o administrador financeiro, no contexto atual, não pode assumir posições menos envolventes e centrar suas preocupações unicamente nos mecanismos de captação de fundos e aplicações nas atividades da empresa. Deve gerenciar estes recursos de forma a manter a saúde econômico financeira da empresa, e com o afim de alcançar as metas estabelecidas.

O administrador financeiro exerce um papel crucial na operação da empresa. As pessoas de todas as áreas de responsabilidade da empresa – contabilidade, produção, marketing, recursos humanos, pesquisas e assim por diante – necessitam interagir com o pessoal de finanças para realizar seu trabalho. Todos têm de justificar a necessidade de acréscimo de funcionários, negociar orçamentos operacionais, preocupar-se com a avaliação do desempenho financeiro e defender propostas que tenham, pelo menos em parte, méritos financeiros, para conseguir recursos da alta administração. Naturalmente, o pessoal de finanças, para fazer previsões úteis e tomar decisões, precisa ter a disposição e a capacidade de conversar com todos, dentro da empresa. (GITMAN, 1997a, p. 10)

“A principal função do administrador financeiro é garantir a liquidez da empresa e depois maximizar a rentabilidade dos fluxos financeiros. Já para o analista financeiro, a principal função é antecipar e prevenir os estados de insolvência.” (GITMAN, 1997b)

O objetivo geral pois é, analisar a situação econômico financeira de uma cooperativa de trabalho médico, no período compreendido entre 2001 e 2004, para verificar se as Operadoras de Planos de Assistência à Saúde, segmentadas como cooperativa, sofreram impactos econômico financeiro em função das adequações exigidas pela Agência Nacional de Saúde Suplementar – (ANS) no período de 2001 a 2004.

1 Justificativa

O segmento da saúde suplementar, no Brasil, enfrenta sérios problemas. As Operadoras de Assistência à Saúde estão em funcionamento com baixos índices de liquidez e alta sinistralidade; mais de 28% das operadoras encerraram o exercício de 2004 registrando prejuízos em suas demonstrações publicadas.

Segundo estudo da Capitolio Consulting(2004), consultoria especializada na área de planos de saúde e seguros, pelo menos 30% das empresas estão a ponto de sofrer intervenção por parte da Agência Nacional de Saúde Suplementar – (ANS), devido à grave situação econômico financeira. Especialistas ainda unânimes em afirmar que, grande parte delas sairá do mercado, com prejuízos para o consumidor, que pode ficar desamparado, de repente e, no futuro, até se deparar com planos bem mais caros.

O desequilíbrio persiste, apesar dos reajustes das mensalidades acima da inflação e do alto custo dos planos, que têm sido causa de reclamações constantes entre os beneficiários e dezenas de ações na Justiça movidas pelas entidades em defesa do consumidor. O levantamento - avaliador do balanço relativo ao exercício de 2004, de 891 operadoras - revela que o segmento está longe de estar em situação tranqüila e põe em xeque a administração dos planos. É verdade que houve uma evolução no índice médio de liquidez das empresas, que passou de 1,2, em 2003, para 1,8, em 2004.

Porém, Walter Graneiro(2004), afirma, porém que o percentual de organizações com índice inferior a um ainda é muito elevado; caiu apenas de 31% para 27,6%, o que é bastante negativo.

A ANS adotou o Programa de Qualificação da Saúde Suplementar, por conseguinte, estabeleceu-se um ranking entre as Operadoras de Planos de Assistência à Saúde. Dentre os indicadores que compõem este programa são os econômico-financeiros. Diante disto, as operadoras mais que nunca, necessitarão das ferramentas contábeis, indispensáveis para o gerenciamento de suas atividades aliadas irrecusáveis, da figura do administrador financeiro na condução do negócio.

1.2 Particularidades das Cooperativas de Trabalho Médico

As Operadoras de Planos de Assistência à Saúde estão subordinadas à ANS, obedecendo ao disposto na lei n. 9656/98, Resoluções Normativas, Resoluções da Diretoria Colegiada e Resoluções Operacionais. Através destas a agência desempenha o papel de reguladora do segmento de Saúde Suplementar.

A Agência Nacional de Saúde tem por finalidade promover a defesa do interesse público na assistência suplementar à saúde, regular as operações setoriais – inclusive quanto às suas relações com os prestadores e consumidores, contribuindo para o desenvolvimento das ações de saúde no País.

“Conforme dispõe o Art. 4 da Lei 5.764/71, as cooperativas são sociedades de pessoas, com forma e natureza jurídicas próprias, de natureza civil, não sujeitas à falência...”

Diante do exposto, caso a cooperativa, no encerramento do exercício contábil, apure perdas, estas terão de ser rateadas com os seus cooperados.

O Plano de Contas adotado pelas cooperativas médicas diferencia-se dos adotados pelas demais, ou seja, as cooperativas separam os atos cooperativos dos não cooperativos e estabelecem a nomenclatura dos Ingressos no lugar de Receita e, Dispendios, ao invés de Despesas. Caso isso não tivesse sido estabelecido, as cooperativas seriam tributadas da mesma forma que as demais Operadoras de Planos de Assistência à Saúde, havendo, assim, diferença no modo de contabilização dos lançamentos contábeis.

Conforme os aspectos contábeis, as operadoras têm por obrigação adotar o plano de contas padrão, instituído através da Resolução da Diretoria Colegiada n. 39, de 27 outubro de 2000 e suas alterações. Cria a Provisão para Operação ou Capital Mínimo, conforme natureza jurídica da Operadora, obtem Margem de Solvência e Índice de Giro Operacional – (IGO), conforme dispõe a Resolução da Diretoria Colegiada n. 77, 17 de julho de 2001 e a Provisão de Remissão, conforme Resolução Normativa n. 75, de 10 de maio de 2004 e, suas alterações.

Os cálculos referentes às provisões técnicas variam conforme segmentação e região de atuação da operadora.

As operadoras de Planos que atuam no tipo de atenção médico hospitalar segmentam-se em:

- ✓ Segmento Primário Principal – (SPP) – As que dependem, em sua rede própria, de mais de 60% do custo assistencial relativo aos gastos em serviços hospitalares;
- ✓ Segmento Primário Principal/SUS – (SPP/SUS) – As que dependem, em sua rede própria, de mais de 60% do custo assistencial, relativo aos gastos em serviços hospitalares e que prestam ao menos 30% de sua atividade ao SUS;
- ✓ Segmento Primário Subsidiário – (SPS) - As que dependem, em sua rede própria, de cerca 30% (trinta por cento) e 60% (sessenta por cento) do custo assistencial relativo aos gastos em serviços hospitalares, referentes a seus Planos Privados de Assistência à Saúde;
- ✓ Secundário Secundário Principal – (SSP) – As que dependem, em sua rede própria, de 60% do custo assistencial, relativos aos gastos em serviços médicos;
- ✓ Segmento Secundário Subsidiário SSS – As que dependem, em sua rede própria, de cerca 30% e 60% do custo assistencial relativo aos gastos em serviços médicos;
- ✓ Segmento Terciário – (ST) – As que dependem, em sua rede própria de, menos de 30% do custo assistencial relativo aos gastos em serviços médicos e ou hospitalares.

Para efeito de classificação, as OPS foram enquadradas em 6 regiões, conforme sua área de atuação, definida através da área onde a operadora comercializa ou disponibiliza seu plano.

- ✓ Região 1 - Em todo o território nacional ou em grupos de pelo menos três Estados dentre eles os seguintes: São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais, Rio Grande do Sul, Paraná e Bahia;
- ✓ Região 2 - No Estado de São Paulo ou em mais de um Estado, excetuando os grupos definidos no critério da região 1;
- ✓ Região 3 - Em um único Estado, qualquer que seja ele, excetuando-se o Estado de São Paulo;

- ✓ Região 4 - No município de São Paulo, do Rio de Janeiro, de Belo Horizonte, de Porto Alegre ou de Curitiba;
- ✓ Região 5 - Em grupo de municípios, exceto os definidos na região 4;
- ✓ Região 6 - Em um único município, excetuando os definidos na região 4.

A constituição da Provisão de Risco e da Provisão de Operação, para as operadoras que iniciaram suas atividades antes de publicação da Resolução da Diretoria Colegiada N. 77, podem ser constituídas da seguinte forma:

- ✓ Quinze por cento em até um ano;
- ✓ Trinta por cento em até dois anos;
- ✓ Quarenta e cinco por cento em até três anos;
- ✓ Sessenta por cento em até quatro anos;
- ✓ Oitenta por cento em até cinco anos;
- ✓ Cem por cento em até seis anos.

Conforme dispõe a Resolução da Diretoria Colegiada n. 77, de 17 de julho de 2001, que estabelece critérios de operação a serem observados pelas OPS.

A operadora sujeitar-se-á à constituição das seguintes garantias financeiras para continuidade de suas operações, de acordo com o disposto na Resolução da Diretoria Colegiada n. 77, de 17 de julho de 2001:

- ✓ Provisão para operação / Capital mínimo – É exigido um capital mínimo, calculado a partir da multiplicação de um fator de variável K, pelo capital Base de R\$ 3.100.000,00 (Três milhões e cem mil reais).

O Capital mínimo da operadora é representado através do seu capital social, mas o Patrimônio Líquido da operadora não pode ser menor de que o capital mínimo.

- ✓ Provisão de risco – Deverá ser constituída, mensalmente, A Provisão de Risco para as obrigações contratuais, correspondente ao maior dos valores, entre as seguintes hipóteses:
 - 50% das contraprestações líquidas emitidas na modalidade de pré-pagamento;
 - A média dos eventos indenizáveis líquidos conhecidos na modalidade de pré pagamento nos últimos 12 (doze) meses, multiplicando o resultado pelo fator Y.

Para Provisão de Risco o limite máximo é de 90% (noventa), em investimentos permanentes em rede hospitalar própria e de 30% (trinta) em imóveis que não representem rede hospitalar própria.

Para a Provisão de Risco podem ser utilizados imóveis, como garantia para esta provisão.

- ✓ Provisão para eventos ocorridos e não avisados – É a provisão técnica estimada atuarialmente, para pagamento dos eventos que já tenham ocorrido, mas que ainda não seja do conhecimento da operadora.

A Provisão para Eventos Ocorridos e não Avisados é obrigatória, para operadoras que tiveram suas atividades iniciadas a partir da data da publicação da RDC 77 ou que tenham absorvido carteira de outra operadora, a partir da publicação da mesma.

- ✓ Margem de solvência – reserva suplementar às provisões técnicas, de que a operadora deverá dispor, para suportar oscilações suas operações, devendo ser correspondente à suficiência do ativo líquido, para cobrir montante igual ou maior que os seguintes valores:
 - 0,20 (zero virgula vinte) vezes a média anual do total das Contraprestações Pecuniárias Emitidas Líquidas, nos últimos trinta e seis meses (3 anos);
 - 0,33 (zero virgula trinta e três) vezes a média anual do total dos Eventos. Indenizáveis Líquidos, nos últimos sessenta meses (5 anos).

A Margem de Solvência é obrigatória, para operadoras que tiveram suas atividades iniciadas a partir da data da publicação da RDC 77 ou que tenham absorvido carteira de outra operadora, a partir da publicação da mesma.

- ✓ Índice de giro de operações – Independente da constituição das garantias, conforme o disposto na RDC 77, deverá a operadora possuir um IGO igual ou superior a 1 (um), aferido trimestralmente, calculado a partir da multiplicação do fator W pela divisão das variáveis A e B, em que:
 - o fator W é um ponderador;
 - a variável A é o resultado da divisão do Ativo Circulante pelo Passivo Circulante;
 - a variável B é o resultado da divisão da soma dos Eventos indenizáveis Líquidos e das despesas de comercialização pelas contraprestações líquidas.

Os dados que compõem os Eventos indenizáveis Líquidos, as Despesas de Comercialização e as contraprestações líquidas, serão calculados com base na média dos últimos 12 (doze) meses.

O Programa de Qualificação da Saúde complementar avalia as operadoras conforme os seguintes aspectos:

- Atenção a Saúde;
- Econômico financeiro;
- Estrutura e Operação;
- Satisfação dos Beneficiários.

Atribuindo Índices de Desempenho a cada um dos aspectos descritos acima, estabelece-se assim, um ranking, entre as Operadoras de Assistência a Saúde Suplementar.

2 Metodologia

No desenvolvimento deste trabalho, adotou-se a metodologia do Estudo de Caso, Sendo assim, foram contemplados os instrumentais metodológicos por ele recomendados, associando, simultaneamente, a pesquisa Bibliográfica aos conceitos mais importantes sobre o assunto em questão.

Para Gil (1989) ressalta que o:

Estudo de Caso é caracterizado pelo estudo profundo e exaustivo de um, ou de poucos objetivos, de forma a permitir o seu amplo e detalhado conhecimento, apresentando as seguintes vantagens de sua aplicação: estímulo a novas descobertas, ênfase na totalidade e simplicidade dos procedimentos.

A pesquisa aqui realizada é de natureza qualitativa, pois determina a ausência de controles exigidos pela ANS. Os dados foram coletados através de entrevista com, perguntas abertas, realizada por uma única pessoa responsável pelo departamento financeiro da Operadora.

3 Análise das demonstrações financeiras

A ANS acompanha a situação econômico financeira das operadoras através de informações remetidas trimestralmente, através do Documento de Informações Periódicas – (DIOPS).

A análise financeira tem utilidade para cada usuário interessado nas informações publicadas pela empresa. Sendo assim, a abordagem feita pelo analista direcionará o objetivo, a profundidade e o enfoque da análise.

Segundo Matarazzo, (1987b, p.33), “a Análise de Balanços permite uma visão estratégica da empresa analisada; permite estimar o seu futuro, suas limitações e suas potencialidades. É de primordial importância, portanto, para todos que pretendam se relacionar com uma empresa, quer como fornecedores, financiadores, acionistas e até mesmo como empregados.”

Segundo Costa (2004a, p.7), a análise somente é válida e merecedora de crédito à medida em que o analista consiga:

- Estabelecer uma série histórica dentro da própria empresa;
- Comparar os índices e relacionamentos realmente obtidos pela empresa com os mesmos índices e relacionamentos expressos em termos de metas;
- Comparar os índices e relacionamentos obtidos pela empresa com os de outras empresas, que podem

ser de amplitude nacional ou internacional;

- Com base nos resultados obtidos, estabelecer diagnóstico e concluir acerca da situação da empresa.

3.1 Pressupostos básicos para desenvolvimento da análise

Cada empresa tem suas peculiaridades, o que leva o analista a trabalhar, partindo de aspectos gerais no seu trabalho, tendo-se cautela em considerar:

- natureza jurídica da organização;
- ramo de negócio da empresa;
- dimensão e alcance da empresa;
- condições de giro do negócio;
- processo de formação de resultado;
- condições legais;
- condições econômicas;
- localização da empresa.

“A análise por meio de índices não envolve meramente a aplicação de uma fórmula e dados financeiros, para se obter um determinado índice. O mais importante é a interpretação do valor do índice”. (GITMAN, 1997c)

Processos de análise são técnicas materializadas por procedimentos e cálculos, com a utilização de papéis de trabalho, adotados pelo analista para desenvolver os vários tipos de análise: Análise vertical, horizontal e por quociente.

Os principais coeficientes operacionais avaliam a eficácia operacional das diversas áreas da empresa, tais como giro do estoque, rentabilidade do patrimônio líquido e outras. Adicionalmente, analisando as contas a receber, convertidas em caixa, os coeficientes operacionais podem determinar quanto bem os fundos fluem para empresa.

3.2 Objetivos

A análise de coeficientes concretiza os seguintes objetivos:

- Mensurar a saúde financeira total do negócio;
- Endereçar as principais áreas de negócios que afetam a lucratividade da empresa e sua força de ganhos;
- Avaliar a posição de liquidez da empresa, bem como a situação do fluxo de caixa;
- Identificar condição de alavancagem da empresa (mix de endividamentos de sua estrutura financeira);
- Contribuir para a avaliação total do risco creditício – Os coeficientes indicam, até certo ponto, se a condição financeira de uma empresa a torna um “bom” ou “mau” risco de crédito.

Métodos de análise são as formas de decompor e ou calcular os resultados dentro dos processos de análise, permitindo a formação de avaliações parciais e globais sobre o patrimônio, seus resultados e tendências, podendo ser: (COSTA, 2004c, p.9)

- Valores diretos
- Valores percentuais
- Quocientes.

Basicamente, existem três tipos de padrões, em face dos quais se pode comparar um dado analisado, quais sejam: - Objetivo: orçamento; Dados históricos: séries históricas; Dados externos: outras empresas.

Dessa forma, a análise pode ser orientada para ser:

- Análise interna;
- Análise externa.

3.3 Metodologia, roteiro e apresentação da análise

O processo de decisão geral da análise pode assim ser representado:

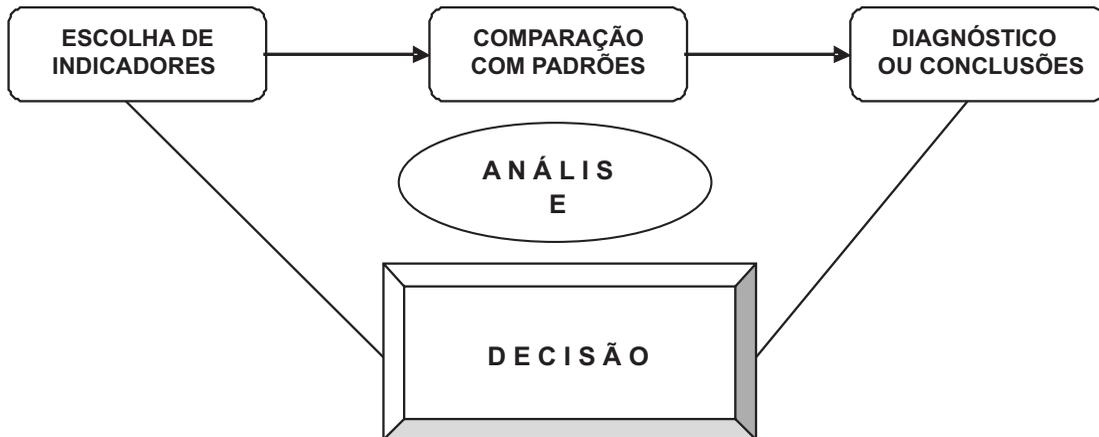


Figura 1- Processo da análise Fonte: Costa (2004d, p. 9)

De forma bastante simplificada, pode-se representar os diversos passos e ou roteiro a ser seguidos, ao longo do trabalho desenvolvido pelo analista. Senão vejamos:



Figura 2 - Roteiro
Fonte: Costa (2004e, p. 9)

A apresentação do resultado do trabalho de análise pode ser feita mediante utilização de vários instrumentos, dentre os quais se destacam:

- Relatórios;
- Gráficos;
- Tabelas.

3.4 Condições essenciais das demonstrações contábeis

Para que o trabalho desenvolvido pelo analista tenha consistência e a análise venha atingir a meta a que se propõe, as demonstrações contábeis devem estar em conformidade com as exigências contábeis em sua totalidade, destacando as que seguem:

- Exatidão
- Clareza
- Técnica
-

Essas condições naturais e essenciais têm sido prejudicadas pelos seguintes fatores (Costa, 2004g, p.11):

- Voluntários
- Compulsórios
- Práticas Ilícitas

3.5 Ajustes das demonstrações contábeis para efeito de análise

As Demonstrações Financeiras devem ser examinadas detalhadamente, antes do início da análise. Este trabalho consiste em criticar as demonstrações financeiras e transcrevê-las para um modelo previamente definido.

Sendo assim, as demonstrações disponibilizarão, em plenitude, material de qualidade para o desenvolvimento da análise, devendo este estar em conformidade com as operações da empresa, facilitando sua interpretação e os ajustes necessários, priorizando os seguintes itens:

- Simplificação
- Padronização
- Identificação de erros
- Reclassificação das contas

3.6 Cálculo dos indicadores

Com o objetivo de analisar as demonstrações financeiras de uma cooperativa de trabalho médico, a partir dos aspectos contidos nas estruturas patrimonial, financeira e econômica, o estudo de caso demonstra os cálculos os resultados, trabalhando nos seguintes índices:

3.6.1 Índices de estrutura patrimonial (aspecto estrutural)

Os índices de estrutura avaliam a segurança oferecida pela empresa ao capital alheio e revelam sua política de obtenção de recursos e de alocação dos mesmos, nos diversos itens do Ativo.

- Estrutura de capitais

Imobilização do Patrimônio Líquido (IPL)

Revela-se pela fórmula:
$$IPL = \frac{\text{Ativo Permanente}}{\text{Patrimônio Líquido}}$$

Interpretação: Quanto menor, melhor.

O analista deve atentar para os casos em que a empresa possui financiamentos, principalmente a longo prazo, para aquisição de máquinas e ou para novos investimentos, como por exemplo, expansão, realocação, modernização de seu parque industrial, etc. Nestes casos, o índice IPL poderá apresentar-se em níveis não desejados. Porém, a política de obtenção de fontes de longo prazo revela decisão administrativa correta da parte dos empresários. Tal fato merece comentários do analista, para melhor subsidiar a decisão.

- Grau de Permanência do Ativo

Revela-se pela fórmula:
$$GPA = \frac{\text{Ativo Permanente}}{\text{Ativo Total}} \times 100$$

Interpretação: Quanto menor, melhor.

- Imobilização de Recursos não Correntes (IRñC)

Revela-se pela fórmula:

$$IRñC = \frac{\text{Ativo Permanente}}{\text{Patrimônio Líquido} + \text{Exigível a Longo Prazo}} \times 100$$

Interpretação: Quanto menor, melhor.

A particularidade reservada a este índice se concentra no fato de que os elementos do Ativo Permanente possuem vida útil que pode variar de 5 até 50 anos. Desta feita, desde que a empresa possua recursos no Exigível, cujos prazos sejam compatíveis com os de duração dos elementos do Permanente e, ou suficientes para gerar recursos capazes de resgatar as dívidas de longo prazo, é perfeitamente possível que não se financie todo o Imobilizado somente com recursos próprios.

- Capital Circulante Líquido (CCL)

Revela-se pela fórmula:

$$\text{CCL} = \text{Ativo Circulante} - \text{Passivo Circulante}$$

Interpretação: Quanto MAIOR, melhor.

2.2 Endividamento

- Endividamento Geral (EG)

Revela-se pela fórmula: $\text{EG} = \frac{\text{Passivo Circulante} + \text{Exigível a Longo Prazo}}{\text{Ativo Permanente}}$

Interpretação: Quanto MENOR, melhor.

Por esta fórmula, constata-se a política de financiamento da empresa, ou seja, se suas aplicações se apoia em fontes próprias de capitais ou de terceiros. Assim, quanto mais próximo da unidade for este índice, maior a dependência do capital de terceiros.

- Participação do Capital de Terceiros (PCT) ou Grau de Endividamento (GE)

Revela-se pela fórmula:

$$\text{PCT} = \frac{\text{Passivo Circulante} + \text{Exigível a Longo Prazo}}{\text{Passivo Total}} \times 100$$

Interpretação: Quanto MENOR, melhor.

Por esta fórmula, portanto, pode-se constatar se há predominância de capital próprio ou alheio, aplicado no Ativo da empresa.

- Composição do Endividamento (CE)

Revela-se pela fórmula:

$$\text{CE} = \frac{\text{Passivo Circulante}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Exigível a Longo Prazo}} \times 100$$

Interpretação: Quanto MENOR, melhor.

Este índice demonstra a composição da dívida, já que, uma coisa é ter dívidas a curto prazo, que precisam ser pagas com recursos gerados a curto prazo, e outra é ter dívidas a longo prazo, onde se dispõe de tempo para gerar recursos.

- Garantia do Capital de Terceiros (GCT)

Revela-se pela fórmula:

$$\text{GCT} = \frac{\text{Patrimônio Líquido}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Exigível a Longo Prazo}}$$

Interpretação: Quanto MAIOR, melhor.

3.6.3 Índices de liquidez (aspecto financeiro)

A liquidez é uma medida de avaliação da capacidade financeira da empresa para satisfazer compromissos com terceiros. Mede-se a sua capacidade de pagamento a curto e longo prazos da seguinte forma:

- Liquidez Geral (LG)

Revela-se pela fórmula:

$$LG = \frac{\text{Ativo Circulante} + \text{Realizável a Longo Prazo}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Exigível a Longo Prazo}}$$

Interpretação: Quanto MAIOR, melhor.

- Liquidez Corrente (LC)

Revela-se pela fórmula:

$$LC = \frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{Passivo Circulante}}$$

Interpretação: Quanto MAIOR, melhor.

O índice de Liquidez Corrente significa a margem de folga para manobras de prazos que visem equilibrar entradas e saídas de caixa. Quanto maior forem os recursos, maior essa margem, maior a segurança da empresa, melhor a situação financeira.

- Liquidez Seca (LS)

Revela-se pela fórmula:

$$LS = \frac{\text{Ativo Circulante} - \text{Estoques}}{\text{Passivo Circulante}}$$

Interpretação: Quanto MAIOR, melhor.

Nas empresas em que os prazos médios de contas a receber e a pagar sejam assemelhados, este se torna um dos quocientes mais significativos para se elucidar a posição da empresa isto porque evidencia quanto a mesma possui de Ativo Líquido, para cada real de dívidas a curto prazo.

A Liquidez Seca é a “prova de fogo” da aferição da capacidade financeira, a curto prazo. Revela se a empresa possui ou não dependência de vender seus estoques para pagamento das dívidas a curto prazo.

Deve-se estar atento ao fato de que excessiva estocagem pode comprometer a liquidez da empresa, na hipótese de haver lenta rotação desses estoques.

3.6.4 Solvência

- Solvência Geral (SG)

Revela-se pela fórmula:

$$SG = \frac{\text{Ativo Total}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Exigível a Longo Prazo}}$$

Interpretação: Quanto MAIOR, melhor.

3.13.5 Índices de rentabilidade

Os índices de rentabilidade têm por objetivo avaliar o desempenho final da empresa. A rentabilidade é o reflexo das políticas e das decisões adotadas por seus administradores, expressando, objetivamente, o nível de eficiência e o grau do êxito econômico financeiro atingido.

- Rentabilidade do Patrimônio Líquido (RPL)

Revela-se pela fórmula:

$$RPLA = \frac{\text{Lucro Líquido do Exercício}}{(\text{Patrimônio Líquido 1} + \text{Patrimônio Líquido 2}) : 2}$$

Onde: PL1 = Patrimônio Líquido do Exercício Anterior
 PL2 = Patrimônio Líquido do Exercício Atual

Interpretação: Quanto MAIOR, melhor.

Uma das grandes utilidades deste quociente está na sua comparação com taxas de rendimento de mercado, sendo possível, através desta comparação, avaliar se a empresa oferece rentabilidade superior ou inferior a essas opções.

Por fim, a apuração deste indicador apresenta quanto a empresa obteve de lucro para cada real de Capital Próprio investido.

- Rentabilidade do Ativo (RA)

Revela-se pela fórmula:

$$RA = \frac{\text{Lucro Líquido do Exercício}}{(\text{Ativo Total 1} + \text{Ativo Total 2}) : 2}$$

Onde: AT1 = Ativo Total do Exercício Anterior
 AT2 = Ativo Total do Exercício Atual

Interpretação: Quanto MAIOR, melhor.

A rentabilidade do ativo é calculada quando se deseja ter uma idéia da lucratividade, como um todo, do empreendimento, independentemente da origem dos recursos, admitindo-se as aplicações realizadas. Este indicador representa a capacidade da empresa em gerar lucro líquido e, assim, poder capitalizar-se. É ainda uma medida de desempenho comparativo da empresa, ano a ano.

4 Estudo de caso

A Cooperativa analisada é uma Operadora de Plano de Assistência à Saúde de pequeno porte, menos de 20.000 (vinte mil) beneficiários, localizada na região Nordeste, sendo detentora de uma carteira de 689 (seiscentos e oitenta e nove) beneficiários, estando enquadrada no Segmento Secundário Principal – (SSP), e tendo como região de atuação, a região 5 (cinco), conforme disposto nas Resoluções da Diretoria Colegiada n. 39, de 27 de outubro de 2000, respectivamente.

No estudo de caso elaborado, foram analisados os demonstrativos contábeis referentes ao período entre os anos 2001 a 2004, conforme segue.

Os balanços analisados mostram uma evolução altamente significativa das despesas da operadora, alta composição de endividamento, capital circulante líquido insuficiente, em função das responsabilidades assumidas com terceiros.

De 2001 a 2003, a operadora apresentou índices de liquidez e endividamentos não condizente com a realidade desta, ou seja, a mesma não reconhecia no Passivo Circulante as provisões decorrentes dos eventos indenizáveis líquidos. Tal fato é facilmente observável através da análise de evolução de um ano para outro.

Alguns números são altamente diferenciados, em alguns períodos, exigindo uma análise detalhada de algumas peças contábeis que deram origem as estes lançamentos.

4.1 Aspectos contábeis dignos de nota

Destacam-se, na análise das peças contábeis em apenso, os seguintes itens abaixo relacionados:

- Despesas de Comercialização

2001 \$ 12.773 – 2002 \$ 23.843 var 86,67%
 2002 \$ 23.843 – 2003 \$ 36.720 var 54,01%
 2003 \$ 36.720 – 2004 \$ 33.906 var (7,66%)
 2001 \$ 12.773 – 2004 \$ 33.906 var 165,45%

Entre os anos 2001 e 2004 a variação dos gastos de despesas com comercialização foi de 165,45%, podendo este percentual ser considerado absurdo, tendo em vista que o número de usuários não evoluiu nestes patamares. Não há justificativa para que tais números, se apresentem uma vez que não houve crescimento do número de usuários compatível com o crescimento da despesa apresentado.

- Despesas com Locomoção

2001 \$ 15.398 – 2002 \$ 21.482 var 39,51%
 2002 \$ 21.482 – 2003 \$ 18.205 var (15,25%)
 2003 \$ 18.205 – 2004 \$ 30.059 var 65,11%
 2001 \$ 15.398 – 2004 \$ 30.059 var 95,21%

Os dispêndios ocorridos nesta modalidade tiveram uma variação de 95,21%, entre os anos de 2001 e 2004. Em sendo assim, há necessidade de uma análise mais aprofundada junto às peças contábeis que originaram estes lançamentos, uma vez que tais números despertam curiosidade, por seu crescimento demasiado em relação ao crescimento não desproporcional do número de usuários.

- Dispêndio com Pessoal

2001 \$ 43.801 – 2002 \$ 88.546 var 102,16%
 2002 \$ 88.546 – 2003 \$ 112.399 var 26,94%
 2003 \$ 112.399 – 2004 \$ 133.476 var 18,75%
 2001 \$ 43.801 – 2004 \$ 133.476 var 204,73%

A variação ocorrida entre 2001 e 2004 foi de 204,73%, não havendo justificativa plausível para tal, ou seja, não houve aumento no quadro de funcionários e o dissídio da categoria não atingiu estes patamares, sendo necessário uma auditoria junto às peças contábeis que originaram estes lançamentos, para que possamos identificar a origem da discrepância e tomar as medidas cabíveis para a correção das mesmas.

- Estrutura de Capitais

Índice	Fórmula		2004	2003	2002	2001
IPL – Imobilizações do Patrimônio Líquido	$IPL = \frac{AP}{PL}$	IPL =	1,19	0,20	0,14	0,12
GPA - Grau de Permanência no Ativo	$GPA = \frac{AP}{AT} \times 100$	GPA =	0,11	0,20	0,14	0,12
IRñC - Imobilizações de Recursos não Correntes	$IRñC = \frac{AP}{ELP + PL} \times 100$	IRñC =	0,46	0,20	0,14	0,12
CCL - Capital Circulante Líquido	$CCL = \frac{AC - PC}{}$	CCL =	115.249	66.027	101.288	107.005

Quadro 1 - desenvolvido pelos autores

Durante os exercícios, as imobilizações ocorridas no Ativo Permanente foram insignificantes, mas as constantes diminuições do Patrimônio Líquido, em virtude dos prejuízos dos exercícios, fizeram com que o percentual de Capital Próprio aplicado no Ativo Permanente se elevasse.

Apesar das variações ocorridas nas contas que determinam o Grau de Permanência do Ativo, este índice permaneceu praticamente inalterado.

Entre 2001 a 2004, a cooperativa não reconheceu, em seu passivo circulante, as provisões decorrentes de Operações com Assistência a Saúde. Neste sentido, o Capital Circulante Líquido – (CCL) não espelha a real situação da empresa, ou seja, entre 2001 e 2003, a não contabilização das Provisões com Operações de Assistência à Saúde fez com que o CCL se apresentasse com saldo positivo; já no ano de 2004, a empresa utilizou um artifício contábil, o Faturamento Antecipado, para

que fosse minimizada a perda no exercício, mantendo, assim, o CCL positivo.

- Composição de Endividamento

Índice	Fórmula	2004	2003	2002	2001
EG - Endividamento Geral	$GE = \frac{PC + ELP}{AT} \times 100$	EG = 0,90	0,02	0,01	0,02
PCT - Participação de Capital de Terceiros	$PCT = \frac{PC + ELP}{PL}$	PCT = 9,46	0,02	0,01	0,02
CE - Composição do Endividamento	$CE = \frac{PC}{PC + ELP} \times 100$	CE = 0,34	1,00	1,00	1,00
GCT - Garantia de Capital de Terceiros	$GCT = \frac{PL}{PC + ELP}$	GCT = 0,11	43,04	120,46	56,10

Quadro2 - desenvolvido pelos autores

A não contabilização das Operações com Assistência à Saúde fez com que a Cooperativa não espelhasse a real situação, referente ao Endividamento Geral.

As constantes diminuições do Patrimônio Líquido, em virtude dos prejuízos apresentados nos exercícios renomadas a não contabilização dos eventos citados, acima acarretaram índices relativos à Participação de Capitais de Terceiros não espelhando sua realidade.

Corroborando com as afirmativas acima, a Composição de Endividamento e a Garantia de Capitais de Terceiros deparam-se com o mesmo problema.

- Índices de Liquidez

Índice	Fórmula	2004	2003	2002	2001
LG - Liquidez Geral	$LG = \frac{AC + RLP}{PC + ELP}$	LG = 0,98	35,36	104,43	50,13
LC - Liquidez Corrente	$LC = \frac{AC}{PC}$	LC = 2,90	35,36	104,43	50,13
LS - Liquidez Seca	$LS = \frac{AC - Est}{PC}$	LS = 2,90	35,36	104,43	50,13
SG - Solvência Geral	$SG = \frac{AT}{PC + ELP}$	SG = 1,11	44,04	121,46	57,10

Quadro 3 - desenvolvido pelos autores

Os índices de liquidez foram realizados sem considerar as exigências da ANS e, não espelham a realidade da cooperativa, tendo em vista a não contabilização das provisões das Operações com Assistência à Saúde, ou seja, caso as provisões fossem constituídas, provavelmente a cooperativa apresentaria índices que espelhariam seu estado de insolvência.

- Índices de Rentabilidade

Índice	Fórmula	2004	2003	2002	2001
RA – Rentabilidade do Ativo	$RA = \frac{LLE}{(AT1 + AT2) / 2} \times 100$	RA = (0,20)	(0,35)	(0,06)	(0,25)
RPL - Rentabilidade do PL	$RPL = \frac{LLE}{(PL1 + PL2) / 2} \times 100$	RPL = (0,55)	(0,36)	(0,06)	(0,25)

Quadro 4 - desenvolvido pelos autores

As constantes diminuições do Ativo fizeram com que a Rentabilidade do Ativo diminuísse, de 2001 para 2003, Entretanto, no ano de 2004, apesar do aumento significativo existente nesta conta, houve, também, aumento no prejuízo do exercício, fazendo com que houvesse aumento da Rentabilidade do Ativo.

Em função de sucessivos prejuízos ocorridos ao longo dos exercícios, o Patrimônio Líquido da Cooperativa teve drástica diminuição, fazendo com que a rentabilidade do Patrimônio Líquido reduzisse entre os anos de 2001 a 2004.

Corroborando as afirmativas feitas anteriormente, a empresa encontra-se em situação de desvio grave, quanto às exigências da ANS, como demonstram os índices de rentabilidade aqui apresentados.

- Índice de Giro Operacional

Índice	Fórmula	2004	2003	2002	2001
IGO - Índice de Giro Operacional W x (AC/PC)/(Eventos Indenizáveis Líquidos + Desp. Comercialização/Contraprestações Líquidas)	$IGO = \frac{(AC/PC)}{(EIL + DC)/CL} \times 100$	RA = 4,29	53,86	160,21	73,78

Quadro 5 - desenvolvido pelos autores

Em virtude da não constituição das provisões referentes aos Eventos Indenizáveis, o Índice de Giro Operacional apresentou-se em patamares que não espelham a realidade, ou seja, caso a referida provisão existisse, certamente estes índices seriam menor que 1 (um) o índice mínimo exigido pela ANS, para evitar um processo de direção fiscal que acarretaria processo de direção fiscal junto à Operadora e quando então seria exigido a elaboração de um Plano de Saneamento Econômico Financeiro, aprovado pela Agência Nacional de Saúde Suplementar – (ANS), com o representante legal da Operadora assinando um Termo de Ajuste de Conduta.

Conclusões

O segmento das Operadoras de Planos de Assistência à Saúde enfrenta, no atual cenário econômico financeiro, baixa liquidez, alto índice de sinistralidade de sua carteira de beneficiários, encerramento do exercício com prejuízo, acarretando a intervenção da Agência Nacional de Saúde Suplementar – (ANS).

Neste contexto, concluímos que a Análise das Demonstrações Financeiras é de suma importância para detectar problemas junto às cooperativas, analisando a situação econômico-financeira, medindo a rentabilidade dos ativos e do capital investido, equilibrando a estruturas ativa, passiva e fluxo financeiros, e por fim, possibilitando o planejamento, execução e decisão do rumo formado pela empresa.

A Análise das Demonstrações Financeiras depara-se, no entanto com algumas limitações: nem sempre os registros e demonstrações contábeis são fidedignos; as demonstrações, na maioria das vezes, não são auditadas e, a inexistência de uma forma científica para se chegar a um diagnóstico preciso, inquestionável e padronizado.

Na elaboração deste tipo de trabalho fazem-se necessárias condições essenciais para que não haja comprometimento daquilo que se propõe, ou seja, a exatidão permitindo o maior grau de confiabilidade possível, a clareza mostrando o total entendimento das informações patrimoniais e de resultado e a técnica evidenciando que as demonstrações foram elaboradas em conformidade com as normas e princípios contábeis.

As constantes diminuições do Ativo Circulante registradas e o aumento do Passivo Circulante, ocorrido no mesmo período, denunciam o desvio grave em que a operadora se encontra. Diante disso, observa-se a real necessidade de enérgicas medidas administrativas aplicando-se uma contenção de despesas, de modo geral, trazendo-a para um patamar normalmente aceitável, melhorando, assim, os indicadores econômico financeiros e, principalmente aliviando seu caixa, objetivando atingir a meta estabelecida pela ANS – (Agência Nacional de Saúde Suplementar), de se ter ao menos o valor referente à uma produção médica em caixa, ou seja, ter disponível em caixa, o valor referente a media dos últimos 12 (doze) meses dos eventos indenizáveis.

Referências

- ANTHONY, A. A. et al. *Contabilidade gerencial*. São Paulo: Atlas, 2000.
- ASSAF NETO, A. *Estrutura e análise de balanços*. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2002.
- ASSAF NETO, A. *Finanças corporativas e valor*. São Paulo: Atlas, 2003.
- BRASIL. *Lei nº 5.764, de 16 de dezembro de 1971*. Lei das Cooperativas. Disponível em: <www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L5764.htm>. Acesso em: 15 abr. 2006.
- BRASIL. *Lei nº 6.404 de 15 de Dezembro de 1976*. Dispõe sobre as sociedades por ações. Disponível em: <www010.dataprev.gov.br/sislex/paginas/42/1976/6404.htm>. Acesso em: 18 abr. 2006.
- BRASIL. *Lei nº 9.656, de 03 de junho de 1998*. Regulamentação dos planos de assistência a saúde suplementar. Disponível em: <www.cip.saude.sp.gov.br/.../Ferramenta...Comunicacao/.../CD%20coletanea%20leis%20e%20textos/...> Acesso em: 10 mar. 2006.
- BRASIL. *Medida provisória nº 2.177 – 44, de 24 de Agosto de 2001*. Dispõe sobre planos e seguros privados de assistência à saúde. Disponível em: <http://www.010.dataprev.gov.br/sislex/paginas/45/2001/2177-44.htm>>. Acesso em: 10 mar. 2006.
- BRASIL. *Resolução da diretoria colegiada nº 39, de 27 outubro de 2000*. Dispõe sobre a definição, a segmentação e a classificação das operadoras de planos de assistência a saúde. Disponível em: http://www.idisa.org.br/site/idisalegis/visualiza_subcategoria.php?sub=219&cat=23. Acesso em: 16 mar. 2006.
- BRASIL. *Resolução da diretoria colegiada nº 77, de 17 julho de 2001*. Dispõe sobre os critérios das provisões técnicas. Disponível em: <ftp://ftp.saude.sp.gov.br/ftpssp/bibliote/informe_eletronico/2007/iels.jul.07/iels125/U_RN-ANS-160_030707.pdf>. Acesso em: 20 abr. 2006>.
- BRIGHAM, E. F.; GAPENSKI, L. C.; EHRHARDT, M. C. *Administração financeira: teoria e prática*. São Paulo: Atlas, 2001.
- COSTA, O. P. *Análise das demonstrações financeiras*. Goiânia: UFG, 2004. (Apostila).
- DONAIRE, D. A Utilização do estudo de casos como método de pesquisa na área de Administração. *Revista IMES*, São Paulo, p. 9-19, maio 1997.
- GIL, A. C. *Como elaborar projetos de pesquisa*. São Paulo: Atlas, 1989.
- GITMAN, L. J. *Princípios de administração financeira*. 7. ed. São Paulo: Harbra, 1997.

GUERREIRO, R. Um modelo de sistema de informação contábil para mensuração do desempenho econômico das atividades empresariais. *Caderno de Estudos*, São Paulo, n, 4, p. 12-45, mar. 1992.

MATARAZZO, D. C. *Análise financeira de balanços: abordagem básica e gerencial*. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2003.

MELO, G. W. A. de. *Administração financeira e orçamentária*. João Pessoa: UNIPÊ, 2002. (Apostila).

PADOVEZE, C. L. *Contabilidade gerencial*. 4. ed São Paulo: Atlas, 2004.

PADOVEZE, C. L. *Controladoria estratégica e operacional: conceitos, estrutura, aplicação*. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2005.

ROSS, S. A. ;WESTERFIELD, R. W.; JORDAN, B. D. *Princípios de administração*. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2000.

SEBRAE. *Fatores condicionantes e taxas e mortalidade de empresas no Brasil*. Brasília, DF, 2004.

SOUZA, J. M. de. *Análise das demonstrações contábeis*. João Pessoa: UNIPÊ, 2002. (Apostila)

Recebido: 18.10.2006

Aprovado: 17.12.2007

APÊNDICE

	CONTAS	2004	2003	2002	2001
1.	ATIVO TOTAL	198.650	84.632	118.951	124.362
Re	REALIZÁVEIS	175.999	67.948	102.268	109.183
1.1	CIRCULANTE	175.999	67.948	102.268	109.183
1.1.1	DISPONÍVEL	52.229	47.955	84.754	77.516
1.1.1.1	CRÉDITOS LÍQUIDOS	123.770	19.994	17.513	31.667
1.1.4.01	ESTOQUES	0	0	0	0
1.1.4.03	DESPESAS ANTECIPADAS	0	0	0	0
1.2	REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	0	0	0	0
1.3	PERMANENTE	22.651	16.684	16.684	15.179
AM	ATIVO MÉDIO	141.641	101.792	121.656	#REF!
CsE	CIRCULANTE (SEM ESTOQUE)	175.999	67.948	102.268	109.183

	CONTAS	2004	2003	2002	2001
2.	PASSIVO TOTAL	198.650	84.632	118.951	124.362
Ex	EXIGÍVEIS	179.658	1.922	979	2.178
2.1	PROVISÕES TÉCNICAS	88.908	0	0	0
2.2	CIRCULANTE	60.750	1.922	979	2.178
2.2.1.1	OBRIGAÇÕES	60.750	1.922	979	2.178
2.2.2.02	PROVISÕES DE RISCOS	0	0	0	0
2.3	EXIGÍVEL A LONGO PRAZO	30.000	0	0	0
2.3.1	OBRIGAÇÕES	30.000	0	0	0
2.3.2.01	PROVISÕES DÉBITOS FISCAIS	0	0	0	0
2.4	PATRIMÔNIO LÍQUIDO	18.992	82.711	117.972	122.184
2.4.1	CAPITAL SUBSCRITO	125.735	121.895	121.335	118.355
2.4.2	FUNDOS E RESERVAS	19.063	19.063	19.063	19.063
2.4.3	SOBRAS OU PERDAS	-125.807	-58.248	-22.426	-15.235
PLM	PATRIMÔNIO LÍQUIDO MÉDIO	50.851	100.341	120.078	#REF!

	CONTAS	2004	2003	2002	2001
3.1	RECEITA BRUTA (CONTRAPRESTAÇÕES EFETIVAS)	1.736.837	1.340.953	1.197.425	999.200
CT	CANCELAMENTOS E TRIBUTOS	0	0	0	0
Re	REPASSES (EVENTOS INDENIZÁVEIS)	-1.352.052	-1.059.910	-938.514	-829.284
3.1.1.01.08	REPASSES DOS INGRESSOS	0	0	0	0
3.2	DESPESAS DOS COOPERADOS	-1.352.052	-1.059.910	-938.514	-829.284
3.1.1.01.09	(-) PROVISÕES DE RISCO	-49.248	0	0	0
SO	SOBRA OPERACIONAL	335.537	281.043	258.911	169.916
DO	DESPESAS OPERACIONAIS	-363.436	-316.865	-266.358	-185.151
3.3.1.01	DESPESAS ADMINISTRATIVAS	-317.621	-269.968	-233.618	-174.757
3.3.1.02	DESPESAS COMERCIAIS E MARKETING	-33.906	-36.720	-23.843	-12.773
3.3.1.03	DESPESAS FINANCEIRAS	-8.557	-6.301	-17.727	-6.363
3.1.1.01.06	RECEITAS FINANCEIRAS	3.491	14.749	11.221	12.491
3.3.1.04	DESPESAS TRIBUTÁRIAS	-6.842	-18.625	-2.390	-3.749
3.3.1.05	CRÉDITOS INCOBRÁVEIS	0	0	0	0
3.3.1.06	DESPESAS DO EXERCÍCIO ANTERIOR	0	0	0	0
3.3.1.01.05...	DEPRECIações E AMORTIZAÇÕES	0	0	0	0
	APURAÇÃO DO RESULTADO				0
	AJUSTE EXERCÍCIO ANTERIOR				0
3.3	LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	-27.899	-35.821	-7.446	-15.235